

The background features a stylized cityscape with various buildings represented by blue and white grid patterns. A prominent building on the left is a tall, curved structure with a dense grid. Other buildings are scattered around it, some with different grid patterns. The background is light blue with a network of thin lines and circular nodes, suggesting a digital or social network theme.

Ciências Sociais Aplicadas: Entendendo as Necessidades da Sociedade 2

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Ciências Sociais Aplicadas: Entendendo as Necessidades da Sociedade 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	Ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] : entendendo as necessidades da sociedade 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ciências Sociais Aplicadas. Entendendo as Necessidades da Sociedade; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-424-5 DOI 10.22533/at.ed.245192506 1. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. II. Série. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

No e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Entendo as Necessidades da Sociedade”, apresentam-se artigos e pesquisas que mantêm relação com demandas da sociedade contemporânea, a partir de estudos realizados nas diferentes regiões do Brasil, representando a diversidade territorial, bem como, as singularidades e elementos que as conectam.

Apresentam-se ainda, três artigos em espanhol, sendo estes de cursos de graduação e pós graduação do Uruguai, México e Espanha e um em inglês do programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília. Tais artigos mostram-se pertinentes e contribuem para as discussões e análises que são apresentadas aos leitores a partir do campo das Ciências Sociais Aplicadas.

São ao todo cinquenta artigos divididos em dois volumes. Os artigos foram organizados em seis seções, conforme segue: **Tecnologia e Comunicação**, sendo esta a primeira seção, em que são abordadas as relações existentes entre a tecnologia e a comunicação com os processos de trabalho, políticas públicas, inovação nos processos de gestão e de conhecimento; O **Comportamento Organizacional**, título que nomeia a segunda seção, apresenta-se de maneira expressiva nos artigos que também tematizam os processos decisórios e de gestão de conhecimento no setor empresarial, com valorização do capital humano e da função social das empresas; **Cidadania e Políticas Públicas**, aborda pesquisas realizadas entorno das políticas de saúde, de atendimento às crianças e adolescentes, da educação, da questão agrária, da segurança pública e das políticas tributárias na lógica de cidadania e garantia de direitos; **Estado e Sociedade**, aborda as relações estabelecidas entre estes, apontando para a importância e impacto dos movimentos sociais para a definição de pautas que contemplem os diferentes interesses existentes na sociedade de classes; *Os artigos que compõem a seção Trabalho e Relações Sociais* debatem o grau de satisfação de acesso ao trabalho em um contexto de terceirização e precarização das relações estabelecidas através deste e por fim, em **Estudos Epistemológicos** apresentam-se dois artigos que analisam perspectivas diferentes do processo de construção do conhecimento.

Os artigos apresentam pesquisas de envergadura teórica, as seções mantêm articulação entre si e contribuem para a divulgação e visibilidade de estudos e pesquisas voltadas para as necessidades e desafios postos para vida em sociedade no atual contexto social, econômico e político.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INTERNAÇÃO E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO DESAFIOS NO ATENDIMENTO EM SAÚDE MENTAL À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	
Rayoni Ralfh Silva Pereira Salgado Marta Fuentes-Rojas	
DOI 10.22533/at.ed.2451925061	
CAPÍTULO 2	14
INFORMAÇÃO AOS USUÁRIOS E ACOMPANHANTES SOBRE OS SEUS DIREITOS E DEVERES E OS SERVIÇOS OFERECIDOS DENTRO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	
Lavinha Soares Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2451925062	
CAPÍTULO 3	18
CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA MANIFESTAÇÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”	
Monica Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.2451925063	
CAPÍTULO 4	29
ESTUDO DE CASO SOBRE A COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL RELATIVA À CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FELICIDADE DO DUBAI E DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS	
Diamantino Ribeiro Jorge Remondes António Pedro Costa	
DOI 10.22533/at.ed.2451925064	
CAPÍTULO 5	45
A RELAÇÃO ENTRE A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	
Carolina Portella Pellegrini Simone Régio dos Santos Zaionara Goreti Rodrigues de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2451925065	
CAPÍTULO 6	58
O DIREITO PENAL DO INIMIGO À LUZ DO GARANTISMO PENAL	
Mariana Hazt Lencina Cândida Joelma Leopoldino	
DOI 10.22533/at.ed.2451925066	
CAPÍTULO 7	74
DO CÓDIGO DE NUREMBERG AO CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA BRASILEIRO: O PRINCÍPIO DO CONSENTIMENTO INFORMADO E A CONDUTA ÉTICA MÉDICA PELOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	
Gilberto Leonello Carolina Corrêa Soares Natália Ongaratto da Rosa Stéfani Wontroba Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.2451925067	

CAPÍTULO 8	84
DISPOSICIONES Y POLITICIDAD EN LA CO-CONSTRUCCIÓN DE NARRATIVAS BIOGRÁFICAS: EL TRABAJO DE LA REFLEXIVIDAD	
Mabela Ruiz Barbot	
DOI 10.22533/at.ed.2451925068	
CAPÍTULO 9	96
GERENCIALISMO: A RESPOSTA NEOLIBERAL PARA A GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	
Evandro Alves Barbosa Filho	
Maria Izabel Rêgo Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.2451925069	
CAPÍTULO 10	110
ESTUDO ESTATÍSTICO DA QUANTIDADE DE CONTRIBUINTES QUE DECLARARAM O IMPOSTO DE RENDA NO PERÍODO DE 2012 A 2015	
Cristian Carlos da Silva Coelho	
Gabriel Ribeiro de Abreu	
Arlane Lopes Chaves	
Luana Sousa Almeida	
Lilane de Araújo Mendes Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.24519250610	
CAPÍTULO 11	124
OS BENEFÍCIOS DA GESTÃO TRIBUTÁRIA NA GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES FISCAIS	
Thaynara Keila Oliveira	
Jerson Krack	
DOI 10.22533/at.ed.24519250611	
CAPÍTULO 12	140
ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	
Marclin Felix Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.24519250612	
CAPÍTULO 13	151
REDES SOCIAIS E MOBILIZAÇÕES PÚBLICAS. O MOVIMENTO DE “15 DE SETEMBRO” EM PORTUGAL	
Isabel Babo	
Célia Taborda Silva	
DOI 10.22533/at.ed.24519250613	
CAPÍTULO 14	166
REPENSANDO A PERCEPÇÃO DA VELHICE ALIADA À DISCUSSÃO DE CLASSE E HEGEMONIA	
Juliana de A. F Doronin	
Giovanna de Aquino Fonseca Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.24519250614	

CAPÍTULO 15	174
LAVA JATO E SEU IMPACTO NA RENTABILIDADE DAS ESTATAIS BRASILEIRAS	
Elisandra Bochi Turra	
Sandra Maria Coltre	
Gilmar Ribeiro de Mello	
Lirane Elize Defante Ferretto de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.24519250615	
CAPÍTULO 16	190
MULTILATERALISM AND NATIONALISM IN THE 21 ST CENTURY: CONSEQUENCES TO GLOBALIZATION FROM THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT PERSPECTIVE	
Hugo do Valle Mendes	
Juliano Vargas	
Joanilio Rodolpho Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.24519250616	
CAPÍTULO 17	209
SATISFAÇÃO NO TRABALHO: UMA ANÁLISE TEÓRICA	
Joseane da Silva Rodrigues	
Darliane Ribeiro Caldas	
Rochele Kaline Reis de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.24519250617	
CAPÍTULO 18	220
A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O TRABALHO: ESTUDO DE CASO COM JOVENS DEFICIENTES INTELLECTUAIS E A PERSPECTIVA DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	
Carmelinda Parizzi	
DOI 10.22533/at.ed.24519250618	
CAPÍTULO 19	232
ANÁLISE DO CENÁRIO DO TRABALHO MANUAL NO CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR, A TERCEIRIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	
Pedro Afonso Martini Dreyer	
Liliane Vieira Martins Leal	
DOI 10.22533/at.ed.24519250619	
CAPÍTULO 20	245
AVALIAÇÃO DOS PARÂMETROS CORPORAIS DE ZELADORAS DE UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL NO PARANÁ	
Marina Daros Massarollo	
Francieli do Rocio de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.24519250620	
CAPÍTULO 21	249
DINÂMICA DO EMPREGO FORMAL NO SETOR PRODUTOR DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO NO ANO DE 2017	
Erico Souza Costa	
João Gabriel Pagnan Zanette	
Mayara Pereira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.24519250621	

CAPÍTULO 22	260
ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TARUMÃ MIRIM (MANAUS-AM)	
Michele Lins Aracaty e Silva Epaminondas da Silva Dourado	
DOI 10.22533/at.ed.24519250622	
CAPÍTULO 23	276
FIART: UM ESTUDO DA FEIRA INTERNACIONAL DE ARTESANATO COMO ATRATIVO DE PROMOÇÃO DA CULTURA POTIGUAR	
Fernanda Louise de Brito Gonçalves Layanna Pinheiro da Silva Maria Rafaella Marques de Paiva Patrícia Daliany Araújo do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.24519250623	
CAPÍTULO 24	284
COMO SE PLANIFICAM, TRATAM, ANALISAM E INTERPRETAM NARRATIVAS ? A ABORDAGEM COMPREENSIVA-QUALITATIVA “PROCESSOS DE REQUALIFICAÇÃO SÓCIO-IDENTITÁRIA”	
Maria de Fátima Costa Toscano	
DOI 10.22533/at.ed.24519250624	
CAPÍTULO 25	298
QUALITATIVE EPISTEMOLOGY AND THE STUDY OF SUBJECTIVITY: ALTERNATIVE EPISTEMOLOGICAL PATHS IN QUALITATIVE RESEARCH	
Andressa Martins do Carmo de Oliveira Thamiris Caixeta	
DOI 10.22533/at.ed.24519250625	
CAPÍTULO 26	308
MODERNIDADE BRASILEIRA, DESIGUALDADES E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO	
Rui Maia Diamantino Raimundo Mentor de Melo Fortes Filho	
DOI 10.22533/at.ed.24519250626	
SOBRE A ORGANIZADORA	332

ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TARUMÃ MIRIM (MANAUS-AM)

**Michele Lins Aracaty e Silva
Epaminondas da Silva Dourado**

RESUMO: A Economia Solidária é praticada por milhões de trabalhadores de todos os extratos, incluindo a população mais excluída e vulnerável, lutando de forma coletiva pela sua emancipação em milhares de empreendimentos econômicos solidários. As ideias da Economia Solidária se baseiam na reciprocidade, valorizando o social, favorecendo as relações entre os indivíduos, diferentemente das ideias capitalistas, que busca o capital acumulado e as relações competitivas. Alguns empreendimentos de cunho social surgiram pós-crise econômica. Dessa forma, a necessidade de buscar alternativas que amenizassem tais impactos ocasionaram propostas de economia solidária. Assim, este estudo analisará a Economia Solidária e o cooperativismo como forma de organização do trabalho e geração de renda, levantaremos os dados históricos da atuação da Economia Solidária durante a última crise econômica brasileira, analisaremos os principais motivos favoráveis ao surgimento da Economia Solidária, verificaremos as principais políticas públicas para os segmentos solidários bem como estudaremos os impactos das cooperativas sobre o desemprego. Quanto aos procedimentos metodológicos, este estudo

terá abordagem qualitativa, de fonte de cunho bibliográfico e documental. Utilizaremos como instrumentos de coleta a entrevista com o gestor da cooperativa. Ficou nítido que a organização do trabalho na COPASA é bem simples, restrito as funções básicas para seu funcionamento. Após a crise de 2014, com apoio da política pública, através do PAA, a SEDUC por meio da chamada pública, começa a adquirir alimento para merenda escolar do Amazonas.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária; Cooperativismo; Autogestão

1 | INTRODUÇÃO

Ao longo da evolução do processo capitalista, as relações de trabalho e a organização social apresentaram mudanças e foram impactadas direta e indiretamente pelas relações de produções. Dessa forma, a necessidade de buscar alternativas que amenizassem tais impactos ocasionaram a propostas de Economia Solidária, cooperativismo, autogestão, democracia participativa, sustentabilidade ambiental dentre outras.

A pesquisa se faz relevante visto a possibilidade de observar na prática os fundamentos aprendidos na teoria, tendo como base as características fundamentais da

Economia Solidária, sendo estas o cooperativismo e da autogestão.

A escolha da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Projeto De Assentamento Tarumã Mirim - COPASA (Manaus-AM) deve-se ao grau de especialização produtiva que esta apresenta e a disponibilidade por parte dos produtores rurais de forma a se apresentarem abertos às contribuições e informações advindas do meio acadêmico.

Além disso, acreditamos que a troca de conhecimento entre a universidade por meio dos acadêmicos em contato com os produtores rurais contribui para o desenvolvimento da atividade coletiva fortalecendo as políticas públicas regionais.

A Economia Solidária vem através da história mostrando-se uma alternativa eficiente, seja em meio às crises ou até mesmo para suprir necessidades de movimentos ou classes marginalizadas

Atualmente, as cooperativas têm sido utilizadas como ferramenta de apoio mútuo em cooperados que possuam algum tipo de comércio e ou prestação de serviço, exemplo: cooperativas de produtores rurais e cooperativas de médicos, respectivamente.

Apesar de todos esses benefícios, algumas cooperativas são carentes de política de subsídio, pois parte de sua produção não é remunerada (por exemplo o benefício ambiental que os coletadores de lixo produzem), e muitas das autogeridas no início de sua gestão não conseguem superar seus custos fixos por falta de conhecimento de mercado ou até mesmo por sua deficiência produtiva.

Para tanto, este trabalho apresenta como objetivos: analisar a Economia Solidária e o Cooperativismo como forma de organização do trabalho e geração de renda na Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim (COPASA) (Manaus-AM), levantar os dados históricos da atuação da Economia Solidária durante a última crise econômica brasileira; analisar os principais motivos favoráveis ao surgimento da Economia Solidária; verificar as principais políticas públicas para os segmentos solidários bem como estudar os impactos das cooperativas sobre o desemprego.

Em relação aos procedimentos metodológicos apresentam-se através da abordagem qualitativa, de caráter exploratória, de fonte bibliográficas e de pesquisa de campo com os dados primários oriundos da entrevista realizada no dia 02 de novembro de 2018 com o gestor da COPASA.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

Apresentaremos a revisão da literatura com base na Economia Solidária e Cooperativismo, além de realizar a definição segundo diversos autores, apresentaremos uma retrospectiva de como originou-se a ideia do cooperativismo, suas características, analisar o que há de entendimento acerca da atuação do Estado por meio das políticas públicas no que tange as economias solidárias, delimitando o estudo à COPASA,

Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim (Manaus-AM).

2.1 Economia Solidária: definição

Na busca para atender as necessidades que não foram supridas eficientemente pelo capitalismo a Economia Solidária surge como uma possibilidade tangível. Desta forma, as cooperativas “rompendo as amarras” (GALLO et al. 2000) deram a oportunidade de novas pesquisas para essa forma de organização socioeconômica.

Conforme Azevedo (2009), a Lei 5.7641/71, conhecida como “Lei do Cooperativismo” define as normas jurídicas e políticas que norteiam as sociedades cooperativas, assim no seu 4º artigo define a sociedade cooperativa como formada por pessoas, natureza civil, não é sujeita a falência, com finalidade de prestar serviço aos seus cooperados.

As pessoas quando se juntam, produzem muito mais que a soma do que produziram individualmente. (...) O cooperativismo é uma forma de somar capacidade dentro de um mundo de concorrência. É uma forma de preservar a força econômica e de vida dos indivíduos de um mesmo padrão e tipo, com objetivos comuns e com as mesmas dificuldades. A cooperativa quase sempre surge em momentos de dificuldades e da consciência de fragilidade do homem dentro do mundo em que atua. (SALES, 2010, p.24).

2.2 Histórico da Economia Solidária no Mundo e no Brasil

Alguns empreendimentos de cunho social têm a oportunidade de surgimento mediante a um fomento de uma dinâmica socioeconômica vinda de uma crise econômica. Podemos citar a crise da década de 70 do século XIX, em tornar possível a modernização na agricultura, restando aos pequenos produtores o apoio nas cooperativas agrícolas para a sua sobrevivência. Também, a crise de 1929, que levou a uma intervenção por parte do Estado, ideias keynesianas, porém os operários se apoiaram nas cooperativas como forma de solução aos problemas advindos da crise. Ainda, a crise dos anos 70 do século XX, trouxe muito desemprego e instabilidade econômica, o que deu margem para o surgimento, na mesma década, de uma série de iniciativas para resolver os efeitos da crise, através de empresas autogeridas. (LECHAT, 2002)

Segundo Silva (2014), o cooperativismo surge no Brasil em 1889, em Minas Gerais, mas é no século XX que a demanda para escoar as mercadorias agrícolas e abastecer os grandes centros industriais fez com que aparecesse o cooperativismo agrícola, resultante do processo de industrialização.

Para analisarmos a Economia Solidária como instrumento de desenvolvimento socioeconômico para uma sociedade, faz-se necessário entender quais motivos incita o surgimento de novos empreendimentos, que possuam um modelo de produção diferente do vigente.

Paul Singer escreve: “No bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução. (...) Algum milagre? Não, mas grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e sobretudo muita solidariedade. É deste modo que a Economia Solidária ressurgiu no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva” (SINGER, 1998: XXXI, p. 12, apud LECHAT, 2002).

2.3 Principais Características da Economia Solidária

2.3.1 Autogestão

Ao olhar para o interior das autogeridas, verifica-se a necessidade de pessoal qualificado, com metodologia e organização de gestão. Assim, a valorização do potencial de competência interna ou formação de recursos humanos é favorecido quando todos os cooperados estão comprometidos com a empresa. (PEIXOTO, 2000, apud GAIGER, 2003).

Bastante utilizado como uma estratégia de um modelo de construção socioeconômica por alguns setores da política, as empresas autogeridas além de alvo de políticas públicas para uma minimização dos danos do capitalismo desenfreado; ou até mesmo, como uma visão de política aos excluídos, mas que no seu âmago possui um comprometimento com os interesses de uma “massa” que não fazem parte da partilha dos frutos que produzem - uma forma de recalibrar a extração da *mais valia* pelo capitalismo. Abrindo margem para uma construção histórica de um modo de produção pós-capitalista, que supera alguns limites do capitalismo. (GAIGER, 2003).

As ideias da Economia Solidária se baseiam na reciprocidade, valorizando o social, favorecendo as relações entre os indivíduos, diferentemente das ideias capitalistas, que busca o capital acumulado e as relações competitivas com objetivos individuais, também difere da lógica do Estado que exerce certa autoridade sobre as empresas, consequentemente em seus empregados. (LECHAT, 2002).

As empresas autogeridas estão sujeitas a duas forças econômicas do capitalismo, uma é a acumulação e relações comerciais, a outra devido à necessidade de uma demanda utiliza-se de meios ou técnicas capitalistas de produção. Essas duas situações são circunstâncias que orbitam em torno das necessidades das cooperativas, não podendo se furtar de utilizar-se, com pena de fechamento da empresa. Retirar proveito das técnicas do capitalismo, dar prova de superioridade do trabalho cooperado perante as relações assalariadas, e resistir a pressões externas econômicas, são algumas das formas que as empresas autogeridas podem manter suas formas originais e não terem a sua essência corrompida. (GAIGER, 2003).

A economia solidária para ser competitiva no mercado capitalista não pode se furtar à concentração que incorpora progresso técnico. (SINGER, 2001, p 100).

Conforme Singer (2001), o capitalismo parte do pressuposto da competição desmedida, a Economia Solidária se agarra na conglomeração, contradizendo assim a lógica capitalista baseada na doutrina liberal que diz que a produtividade chega ao

seu ápice com a competição entre as empresas. Assim, à medida que o conglomerado cresce, ele se diversifica possibilitando maior interiorização ou verticalização do processo produtivo.

2.3.2 *Economia Solidária*

Segundo Gallo et al. (2000), a exclusão social de uma sociedade carente em meio a um processo histórico que foi conduzido a este cenário, poderia ser solucionado mediante uma política de inserção social através de economias solidárias:

Parte-se do pressuposto que o processo histórico-social do país conduziu à configuração de um cenário de crescimento sem precedentes de exclusão social de uma população carente e com dificuldades de inserção na sociedade. [...] propõe como forma de organização alternativa de inserção social geração de renda e trabalho, a formação e desenvolvimento de cooperativas populares de trabalho a partir de uma Incubadora de Cooperativas Populares (GALLO et al. 2000, p. 41).

2.3.3 *Cooperativismo e Economia Solidária*

Segundo Gallo et al. (2000), uma das dificuldades das cooperativas vem justamente dos seus integrantes, que na maioria das vezes possuem identidades culturais e/ou costumes diferentes, tendo que lidar com problemas internos como preconceito e individualismo, algo totalmente nocivo ao trabalho cooperado. Mas que contra essas “barreiras naturais” é necessário que o grupo se adeque a necessidade coletiva, que haja maior envolvimento dos cooperados, que superem as necessidades individualistas e autoritárias (herdado de uma sociedade de cultura contraditória com deficiências educacionais).

Atualmente o cooperativismo tem como caráter ideológico o combate ao neoliberalismo, a crise nas relações de trabalho, a exclusão social, entre outros. (GALLO et al. 2000, p. 47)

Outro problema assinalado é a ausência da habilidade da autogestão, fruto da falta de cultura cooperativa entre os trabalhadores, mas que isso pode ser resolvido mediante aprendizado e prática continua em pelo menos três níveis, interligados: “**técnico**, como fazer e ensinar outros a atividade fim com competência; **administrativo**, como gerir com eficiência e democracia os negócios da empresa autogestionária; **político**, como introjetar os valores históricos do cooperativismo e a perspectiva de construção da Economia Solidária.” (SINGER, 1999, apud GALLO, et al. 2000, grifo nosso).

2.4 Políticas Públicas e a Economia Solidária

De acordo com Santos e Borinelli (2010), o Estado tem um papel importante no que tange as economias solidárias, isso porque as cooperativas têm necessidades de levantar capital para funcionamento, seja de forma com um financiamento ou até

mesmo com subsídios governamentais, até porque as próprias firmas que concorrem sobre um sistema capitalista pela ideologia neoliberal também recebem ajuda do Estado seja com isenções fiscais ou até créditos, dessa forma só é ratificado a necessidade de incentivo governamental, para que as economias solidárias possam concorrer de forma igualitária com as demais.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – fundada no ano de 2003, no seio do Ministério do Trabalho e Emprego, tem como objetivos fornecer e supervisionar as atividades que dão subsídios à Economia Solidária no país, com intenção de gerar trabalho e renda, além de incluir socialmente e fomentar uma forma mais igualitária de produção. Ainda tem o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), criado em mesmo ato legal que a SENAES, tem por objetivo interlocução entre os setores do governo e sociedade civil que representam a economia solidária.

2.5 Copasa

2.5.1 Aspectos Gerais

A Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim (COPASA), situado no município de Manaus-AM, no Km 21 Ramal do Pau Rosa Km 16 Lote 263 Pa Tarumã Mirim, Manaus - AM, CEP: 69023-165, tem como cooperados os produtores agrícolas do Projeto de Assentamento do Tarumã Mirim, que sua concessão de uso fica sob administração do INCRA (resolução 184/92 de 20/03/92).

Com objetivo de comercializar a polpa do cupuaçu, foi fundada em 27/06/2003, sob CNPJ: 05.730.925/0001-01, a COPASA, que além desta polpa abrangeu outras atividades: horticultura, cultivo de laranja, banana, lavoura permanente, criação de bovinos (para corte e leite), criação de frangos para corte e produção de ovos, apesar dessas atividades, o “carro chefe” é a de comercialização de frutas e verduras.

2.5.2 Processo de Ocupação

Segundo Nascimento (2010) o projeto de assentamento do Tarumã Mirim, mapa 01, tem como objetivo alocar de maneira apropriada os produtores agrícolas, que não possuam terras, para que possam ser integrados ao processo de produção.

2.5.4 Aspectos Sociais

Segundo Nogueira e Mainbourg (2010), antes da criação do assentamento moravam apenas dez famílias na área. Hoje em dia a população que mora na comunidade é formada por pessoas do interior do Amazonas ou de fora do estado.

Conforme o presidente da cooperativa, até o ano de 2015 as famílias sobreviviam vendendo o excedente de sua produção de maneira rudimentar, cada um individualmente locava um caminhão e levava as mercadorias para os compradores. Após a reativação da COPASA em 2011, em que começou a pagar as taxas administrativas, em 2015 começou a realizar atividades comerciais, inicialmente pelas chamadas públicas, projeto este que incentiva a aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar da produção familiar, do governo do Estado. A partir deste momento, os pequenos agricultores que antes só vendiam o seu excedente, passou a produzir para atender a demanda dos contratos firmados pela COPASA e as instituições que participam da chamada pública.

Conforme Nogueira e Mainbourg (2010), a capacidade do assentamento de unidades agrícolas é de 1042 famílias, porém de acordo com o presidente da COPASA só existe 65 cooperados ativos, sendo que o número de matrícula é de 98. Isso mostra o quão mal aproveitada está sendo a cooperativa, em que muitos cooperados ainda preferem comercializar totalmente individualmente.

3 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos utilizados para este projeto será o de estudo de caso, isso para que possa ter um embasamento histórico da abordagem e melhor compreensão do tema. Assim sendo, o procedimento terá uma abordagem qualitativa, para que seja possível assimilar os acontecimentos bem como a importância da Economia Solidária no contexto atual.

Quanto a natureza, a pesquisa é relacionada como qualitativa, uma vez que procuraremos aprofundar certos pontos alicerçados em pressupostos. Abstendo-se de apresentações de dados numéricos, a pesquisa de natureza qualitativa tem preocupação com a compreensão da parcela social que sofreu os impactos do processo capitalista num contexto globalizado. Quanto ao nível da pesquisa proposta é caracterizada como exploratória, tendo como objetivo central captar e relacionar informações sobre o tema.

Empregou-se material bibliográfico, artigos científicos, sites etc, para identificar e determinar a Economia Solidária como forma de organização do trabalho e geração de renda, os dados históricos da atuação da Economia Solidária durante a última crise econômica brasileira, os principais motivos favoráveis ao surgimento da Economia Solidária, as principais políticas públicas para os segmentos solidários bem como os impactos das cooperativas sobre o desemprego, fazendo o embasamento teórico

textual. Para os resultados, foi feita a análise dos dados primários obtidos através do questionário, realizado ao gestor da COPASA, com os conceitos teóricos sobre Economia Solidária.

Este projeto e pesquisa terão limites à Economia Solidária, abordando fatos históricos mais significativos e correlacionando-os com a conjuntura atual, tendo como materialização a pesquisa de campo na Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim (Manaus-AM).

Quanto ao instrumento de coleta, iremos trabalhar com entrevista ao gestor da cooperativa, ou seja, teremos um questionário: utilizaremos perguntas abertas e fechadas ou objetivas e subjetivas (questionário misto). Para tanto, submetemos nossa pesquisa ao CEP (Comitê de Ética e Pesquisa) da UFAM, sob CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética): 93293418.6.0000.5020, submetido em 15 de setembro de 2018, em que obteve parecer favorável.

Neste trabalho, os dados serão primários, oriundos da entrevista realizada com o presidente da COPASA. Com relação aos dados coletados durante a entrevista, faremos uma análise qualitativa. Assim para evidenciar a validade e verificação da pesquisa será utilizado a técnica de análise de conteúdo, de forma que seja possível identificar os fenômenos econômicos através dos objetivos propostos pelo referido projeto, no que tange o objeto de estudo: que é a COPASA.

A pesquisa foi realizada da seguinte forma, a pré-análise reunindo um arcabouço histórico referencial para montar o corpo do projeto, onde foi submetido tanto ao edital para aceitação do PIBIC quanto para aprovação da pesquisa pelo CEP, a exploração do material com a entrevista realizada no dia 02 de novembro de 2018, na sede da cooperativa, tendo como fonte o presidente desta, senhor Claudionor Sequeira da Costa.

4 | RESULTADOS

A Economia Solidária tem por definição a ajuda mútua, entre seus cooperados, com finalidade de somar as forças, entre seus participantes, dentro de um sistema altamente concorrente, como o que vivemos no capitalismo.

No seu processo histórico, as cooperativas foram muito importantes nos momentos de crise econômica, seja por um choque de oferta ou por insuficiência da atuação do Setor Público ocasionando recessões econômicas, e conseqüentemente gerando uma grande capacidade ociosa, propiciando uma multiplicação de pequenas cooperativas, em sua maioria agrícolas, em busca de gerar emprego e renda para os excluídos do processo produtivo. Além dos momentos críticos da economia, as fases em que ocorreram os avanços tecnológicos também foram responsáveis por gerar grande desemprego, pois uma vez que aumentaram a produtividade, houve uma reestruturação produtiva, diminuído a demanda pelo número de empregados na

produção.

Essa relação produtiva econômica, tem várias características, que permeiam a autogestão até a cooperativa, passando pela Economia Solidária. Dentre elas a autogestão é uma característica muito importante, pois verificou-se que após a falência de algumas empresas, devido à incapacidade de continuar em um sistema capitalista, estas passaram a ser administradas pelos seus funcionários, e com conhecimento do funcionamento e gestão conseguiram reerguer as empresas numa nova roupagem, agora de forma autogerida. É importante ressaltar que as autogeridas não podem se furtar de características do capitalismo, como acumulação de capital e utilização de técnicas de produção em escala, para poder fazer frente ao mercado competitivo.

A ideia de cooperativismo vem para combater uma estrutura neoliberal, bem como os malefícios causados por seus períodos de recessões econômicas. Desta forma, um ponto importante dentro do cooperativismo é que seus cooperados superem as barreiras herdadas do sistema capitalista, como individualismo e preconceito.

Dentro dessas características um dos fortes problemas enfrentados é a falta de habilidade de autogestão, mas que pode ser revertido desde que haja um processo de aprendizagem que passe entre o técnico, administrativo e o político. O técnico, devido a necessidade que todos saibam exatamente a sua atribuição e como executar; o administrativo, pois como uma empresa autogestionária é necessário de uma gestão eficiente e democrática; e por fim o político, pela necessidade de introduzir valores acerca da ideologia cooperativista. Destas medidas para combater o problema da ausência da autogestão, o mais difícil é organizar os membros a se capacitarem, para que possam trabalhar de maneira cooperada.

Além destas características a Economia Solidária tem uma grande necessidade de apoio por parte do Governo, seja por políticas subsidiárias de capital ou oferta de cursos de qualificação de gestores para cooperativas. Apesar da autogestão englobar atividades econômicas, ela tem grande cunho social e político.

Instituído em 2003, a COPASA, ficou até o ano de 2015 sem realizar atividades comerciais, por falta de conhecimento de como processar a polpa do cupuaçu e falta de recurso humano na parte administrativa. Porém através de um projeto do governo, a chamada pública, a cooperativa iniciou suas primeiras atividades comerciais, atendendo a demanda da SEDUC com produtos agrícolas para a merenda escolar. Atualmente a cooperativa atende órgãos federais como Exército e futuramente a Marinha, além destas é fornecedora para a SEMED, ADS e CONAB. Contudo, a COPASA tem planos em expandir a oferta dos seus produtos para o mercado aberto, como por exemplo os supermercados de Manaus. Isso porque apesar de haver a iniciativa do governo, por meio da chamada pública, este não absorve toda a produção dos cooperados, desta maneira foi observado que a maior parte da produção é vendida fora da cooperativa.

Uma evolução observada após o ano de 2015, na vida dos cooperados foi que deixaram de vender unicamente o excedente de sua produção familiar, e passaram a produzir para atender uma demanda firmada no contrato com a chamada pública junto

aos órgãos.

Quanto ao instrumento de coleta, para alcançar este objetivo do estudo de caso, realizou-se a entrevista com o presidente da cooperativa. E por fim, de acordo com a análise de dados realizamos a análise de conteúdo, com o objetivo de descrever sistematicamente os dados obtidos e para que seja possível a realização de inferência de conhecimentos.

Com relação aos objetivos deste trabalho, posto analisar a organização do trabalho e geração de renda por parte da COPASA. Sobre a organização do trabalho na cooperativa ficou perceptível que é bem simples, há somente 4 funções específicas: a) o presidente, o qual é responsável pelo acompanhamento dos processos licitatórios em que a cooperativa está participando ou deseja participar; b) o vice-presidente, que auxilia o presidente nas atividades deste e é eventual substituto caso este falte; c) o diretor técnico, que é responsável por gerir e agendar a utilização dos equipamentos da cooperativa e, d) o diretor financeiro, o qual realiza os pagamentos, aos cooperados, bem como o recebimento dos recursos para a cooperativa, além de fazer uma análise financeira desta.

Houve a proposta de ampliar as funções, porém devido a incapacidade administrativa e falta de comprometimento dos cooperados não funcionou, por isso ficou restrito a estas poucas funções. Com relação a análise de gerar renda, segundo o presidente da cooperativa, a cooperativa não é meio de emprego, e que um dos requisitos para que se torne um cooperado é que a pessoa tenha condições de pagar a cota, que é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), que pode ser dividido em até 4 vezes, ele (o presidente da COPASA) diz que este valor é alto, mas que serve para evitar que as pessoas procurem a cooperativa como meio de trabalho.

Analisaremos o primeiro objetivo ora proposto: levantar os dados da atuação da Economia Solidária durante a última crise econômica brasileira. Verificou-se que após a última crise em 2014, ao serem atingidos pela onda de desemprego, os moradores da comunidade do Assentamento Tarumã Mirim, recorreram à cooperativa como meio de comercialização da produção.

Entre 2004 e 2008 a economia brasileira cresceu em média 4,8%, após a crise de 2008 até 2016 houve uma recessão, com uma pequena melhora no ano de 2010, como coloca “entre 2004 e 2008, a economia brasileira cresceu a uma média anual de 4,8%; **em 2009 houve uma breve recessão devido ao contágio da crise mundial**; em 2010 a economia cresceu 7,6%, vindo a desacelerar em 2011/2014 para 2,4% a.a. em média; **e em 2015-2016 a economia entrou em forte e prolongada recessão, com crescimento negativo** médio de -3,7% a.a., puxado para baixo tanto pelo setor de serviços quanto industrial.” (PAULA e PIRES, 2017, p. 126, grifo nosso).

De acordo o segundo específico que foi proposto, posto: analisar os principais motivos favoráveis ao surgimento da Economia Solidária. Observamos que após uma crise econômica, como a que ocorreu na recessão do final da década dos anos de 1970, houve uma dinâmica socioeconômica que possibilitou o aparecimento de

economias solidárias. Segundo Lechat (2002) a partir da década de 70 do século XX:

“Uma nova crise do sistema capitalista trouxe por consequências, o desemprego e o fechamento de empresas e criou-se um quadro dramático para a classe trabalhadora. Floresceu então, a partir de 1977 e até 84, uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores e isto com o apoio de alguns sindicatos progressistas. Entre 1980 e 85 foram criadas em massa cooperativas de trabalhadores em toda a Europa” (LECHAT, 2002 p.6, grifo nosso).

O terceiro objetivo foi o de verificar as principais políticas públicas para os segmentos solidários. De acordo com os dados obtidos com o presidente da cooperativa, por meio da aplicação da entrevista, pode ser citado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 02 de julho de 2003, que tem como um dos seus objetivos fomentar a produção agrícola familiar. De forma que incentiva as instituições públicas (municipais, estaduais e federais) a adquirirem uma cota mínima de 30% de sua demanda através da agricultura familiar (seja o produtor individual, associação ou cooperativa). Assim também acontece a Chamada Pública no AM, que através da SEDUC são adquiridos alimentos para merenda escolar das escolas.

Com relação ao último objetivo, posto: estudar os impactos das cooperativas sobre o desemprego. Não houve relato de acréscimo na renda dos cooperados, segundo o presidente da cooperativa, pois como a cooperativa participa dos projetos do Governo, este processo só paga o preço mínimo para os fornecedores de alimentos nas chamadas públicas. Por isso há anseio de aumentar a capacidade de fornecimento e atender ao mercado aberto: como os supermercados.

Considerando este último ponto, percebemos que apesar de não ter sido relatado pelo presidente da cooperativa uma melhora na renda a participação do Estado é muito importante, mesmo existindo uma burocracia que retarda o repasse do recurso aos cooperados, demonstrando uma necessidade de dinamizar este processo, para que se torne mais atrativo aos pequenos produtores rurais realizarem suas atividades comerciais através das cooperativas.

A partir deste momento, analisaremos as informações primárias obtidas através de questionário aplicado ao presidente da COPASA.

Apresentaremos os dados obtidos, que corresponde ao perfil do entrevistado, que foram: primeira pergunta, Nome: “Claudionor Sequeira da Costa”; cargo que ocupa atualmente: “Presidente, com tempo de 3 anos”; cargo anterior: “Vice-Presidente na COPASA”.

Os próximos dados obtidos têm objetivo captar a percepção quanto as políticas públicas para segmentos solidários, qual o seu nível de conhecimento sobre as Políticas Públicas para empreendimentos solidários? foi respondido que: “As políticas públicas devem atender as demandas que a cooperativa tem, não fazer vista grossa, exemplo: se a cooperativa estiver precisando de um trator, o governo deve mandar alguém fazer uma pesquisa na cooperativa e atender à necessidade desta”, é importante ressaltar que há uma compreensão por parte do gestor da cooperativa, e segundo eles os

cooperados sabem que é benéfico quanto maior for a participação do Estado, com políticas públicas para fomentar a comercialização da produção agrícola, porém como o próprio presidente ressaltou que há uma falta de conhecimento dos cooperados acerca de como deve ser o funcionamento de uma cooperativa, e que muitos ainda acreditam que a cooperativa é meio de assistencialismo.

Seguindo a entrevista, foram feitas perguntas que tem finalidade verificar a percepção quanto ao impacto das cooperativas sobre o desemprego: como era a relação com as comunidades e/ou moradores vizinhos? Respondeu: “o choque maior foi a desconfiança, pois os moradores achavam que a cooperativa ia usar o nome das pessoas indevidamente. O assentamento tem 1200 lotes, tem mais de 3 mil moradores, se a cooperativa tem 63 cooperados, é por que a cooperativa não é bem vista. ”, nesta é percebido um dos problemas que é a falta de cultura acerca do ato cooperado, o que dificulta a implementação de cooperativas; algum dos cooperados já tinham algum tipo de recurso? Foi respondido que: “aqui nós não aceitamos cooperados a esmo, só aceitamos cooperados que tenham lotes e que tenham ocupação. Por isso que a cooperativa não é instituição de caridade”, é importante ressaltar que esta resposta é diferente do que é proposto pela economia solidária que é gerar emprego e renda para as pessoas mais carentes, que não conseguiram se estabelecer no mercado de trabalho neoliberal; quantas dessas famílias que fazem parte da cooperativa tem a sua renda exclusiva por meio da cooperativa? Foi respondido que: “Renda exclusiva da cooperativa nenhum. Todos são donos de lotes e produtores, e vendem mais por fora da cooperativa, pois a cooperativa não atende à demanda. ”, esta resposta demonstra que a cooperativa, em estudo, não tem capacidade de gerar renda para os seus membros, sendo necessários que os mesmos comercializem fora da cooperativa.

Continuando a pesquisa, foi perguntado: como é a organização/trabalho do grupo? respondido que: “Diretor técnico, que é responsável pela utilização das máquinas e equipamentos, também tem o Diretor Presidente que acompanha os processos de licitações em Manaus, e o Diretor financeiro, cuidando das finanças e cuidando dos pagamentos e recebimentos. Foi tentado colocar outras funções, mas não funcionou.”, aqui fica evidente dois dos pontos que precisam ser melhorados na cooperativa, a parte do comprometimento por parte dos cooperados e capacitação técnica para gestão; como é realizado o trabalho? Individual, coletivo? Foi respondido que: “A utilização dos meios da cooperativa é utilizado de maneira democrática nos lotes, mas a atividade de cada cooperado é feito individualmente. ”, nesta resposta a utilização dos meios de maneira democrática é evidenciado a autogestão, uma das característica da economia solidária, todos tem o mesmo direito e dever, de forma que todos opinam; como é a relação com o assentamento/região? Falou que: “A gente não atende a população do assentamento, uma vez que não é meio de assistencialismo. A gente cobra R\$ 1000 reais para as pessoas virarem cooperado, que pode ser dividido em 4 vezes”, esse mecanismo adotado pelo presidente para filtrar os cooperados é outra ideia contrária do cooperativismo, que deveria promover a inclusão social além

de gerar renda e emprego.

Dando seguindo ao questionário com o gestor, foi perguntado: como é feita a comercialização dos produtos? (local, frequência, tipo de consumidores, preço, produtos.) Foi respondido que: “100% institucional, através da chamada pública atendemos demanda dos órgãos que participam, os preços são tabelados. ”, nesta fica claro a participação do Estado por meio das políticas públicas, fomentando a comercialização dos produtos dos cooperados.

Por ocasião da entrevista, foi questionado sobre os pontos positivos e negativos: na sua opinião quais aspectos positivos a cooperativa trouxe na vida dos cooperados? Respondido: “É o cidadão compreender a propriedade dele como uma empresa, hoje nossos cooperados compreendem que as propriedades deles são empresas rurais.”, este aspecto positivo colocado pelo presidente se relaciona com o fato do rompimento da estrutura produtiva fordista, em que no capitalismo o capital exerce força sobre o trabalhador, para que este consiga o salário, já no cooperativismo é o trabalhador que utiliza o capital para gerar sua própria renda; na sua opinião quais aspectos negativos cooperativa trouxe na vida dos cooperados? Respondeu: “Eu vejo o que atrapalha muito é essa questão de não poder pagar o cooperado em tem hábil o cooperado a entrega da produção, em um momento é negativo pois não recebe logo, outra hora é positivo pois ele tem onde vender sua produção” nestes aspectos negativos, fica claro que a burocratização estatal, no que tange os processos licitatórios, ainda é um problema para as classes carentes que não possuem tanto tempo para poder esperar o recuso seguir os tramites do processo;

E finalmente, a última pergunta, os cooperados conseguem enxergar na cooperativa um meio de melhorar sua comercialização com o mercado? Foi respondido que: “Eu acho que eles enxergam sim. Em nossas reuniões várias ideias aparecem, porém não há quem se propunha a tomar a frente dos projetos. Exemplo: a ideia de vender no mercado aberto, todos aprovaram, mas ninguém quer dispor o próprio tempo para intermediar um contrato com os supermercados. A cooperativa precisa de investimento por parte dos cooperados para que ela possa atender as necessidades de comercialização dos próprios membros”, aqui percebemos mais uma vez que a falta de comprometimento interfere na eficiência do funcionamento da Economia Solidária.

5 | CONCLUSÕES

Feito a análise dos resultados sobre a Economia Solidaria e Cooperativismo e suas formas de organização do trabalho, tendo como objeto de estudo a COPASA, é importante ressaltarmos quais os pontos mais importantes para que possamos identificar a cooperativa como forma de organização e geração de renda, bem como seu processo histórico, motivos que favoreceram seu aparecimento, importância da atuação da política pública e os impactos da cooperativa sobre o desemprego.

Observa-se que para identificarmos os pontos citados, é necessário verificar

as características da Economia Solidária, Autogestão e Cooperativismo, além disso tornou-se necessário entender as dificuldades enfrentadas pela Economia Solidária no que tange a parte organizacional, administrativa. A cooperativa trabalha em prol de um grupo, que muitas das vezes foram excluídos do processo produtivo, após uma reforma do processo produtivo ou após uma crise econômica.

Conforme citado por diversos autores aqui neste trabalho, o papel do Estado é primordial, uma vez que minimiza as pressões sofridas no mercado competitivo. Apoiando com incentivos fiscais ou até mesmo com programas de absorção da produção dos cooperados, como é o exemplo da chamada pública, executada pela SEDUC na aquisição de alimentos para merenda escolar para o estado do Amazonas.

O objeto de estudo foi muito rico em demonstrar oportunidades de melhoras na organização das autogeridas. Onde ficou nítido que há uma carência por parte dos cooperados de políticas públicas, que fomentem o escoamento de sua produção, além de uma desburocratização, dos processos de licitações, para que alcance aqueles produtores que necessitem brevemente do dinheiro da venda de sua mercadoria. Além disso, ficou evidente a necessidade de melhoria técnica e administrativa por parte dos cooperados.

Destarte, foi possível observar que a participação das Economias Solidárias, após a última onda sentida da crise econômica de 2014, além dos dados citados pelos autores, no caso da COPASA, após 2015 houve uma grande absorção de cooperados, que buscavam comercializar sua produção por intermédio da cooperativa. Desta forma, é possível ver o grau de importância que as autogeridas tem, sendo possível alcançar aquela parcela de trabalhadores que por algum motivo não foi inserido no mercado de trabalho, possibilitando maior acesso aos meios sociais.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Karla Maria. **Proposição de um modelo de prestação de contas padronizado para uma incubadora social catarinense**. Florianópolis, 2009. Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis291345>>. Acesso em: 27 de outubro de 2017.
- GAIGER, L. I. G. **A Economia Solidária diante do modo de produção**. Salvador, CRH/UFBA, 2003.
- GALLO, Ana Rita; DAKUZAKU, Regina Yoneko; EID, Farid . Organização cooperativista popular como alternativa à precarização do trabalho. **Revista UNIARA**, Araraquara - SP, v. 8, p. 23-35, 2000.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**. Economia Solidária Volume I: Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002.
- NASCIMENTO, J. L. A. (2010). **Uso de geotecnologia no monitoramento de unidades de conservação: Ocupações peri-urbanas na Apa margem esquerda do Rio Negro**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente), Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

NOGUEIRA, A. C. F.; MAINBOURG, E. M. T.. A comunidade do Pau Rosa/Amazonas e a relação entre natureza, cultura e o processo saúde/doença. **Saúde e Sociedade** (USP. Impresso), v. 19, p. 22-34, 2010.

PAULA, L. F.; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**. vol.31 no. 89 São Paulo Jan./Apr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100125>. Acesso em 03 de fevereiro de 2019.

SANTOS, L. BORINELLI, B. Socioeconomia solidária: propostas e perspectivas. SANTOS, L. BORINELLI, B. (Orgs.). **Economia Solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010.

SALES, J.E. Cooperativismo: Origens e Evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, v. I, p. 23-34, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/viewFile/30/23>>. Acesso em 13 de outubro de 2018.

SINGER, P. Economia solidária *versus* economia capitalista. **Soc. estado**. vol.16 no.1-2 Brasília June/Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

SILVA, G. M. O Cooperativismo no Contexto do Campo. **Revista Força do Campo**, Minas, p. 64 - 64, 31 out. 2014.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-424-5



9 788572 474245